



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**AGENDA 21 POTENCIALIDADE PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
VISANDO A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL¹**

Ana Cristina Souza da Cruz²

Ângela Maria Zanon³

Resumo: Este trabalho trata de um estudo realizado por meio da pesquisa qualitativa bibliográfica, objetivando o levantamento de evidências na literatura sobre a importância de práticas de uma educação ambiental que proporcione aos seus atores mudanças comportamentais para a construção democrática e política de uma sociedade mais consciente e potencialmente sustentável. Em paralelo destacamos os objetivos e princípios das Agendas 21 e, em especial, da Escolar, como forma de envolver crianças e adolescentes e, conseqüentemente, a comunidade escolar e local para uma participação mais política sobre o futuro do nosso planeta. Precisamos acreditar na capacidade humana para reverter a situação de exploração e de desrespeito com a natureza e seu semelhante no meio ambiente. Para tanto é essencial a ação de uma educação crítica e participativa. E a implementação da Agenda 21 e em especial da Agenda 21 Escolar pode de fato ser um importante instrumento de trabalho a favor da sociedade sustentável, sendo necessária uma educação ambiental que promova a reflexão e a ação para além da preservação do ambiente ecológico. Há que se praticar uma educação crítica, democrática e política, pois só teremos um desenvolvimento sustentável se investirmos em uma sociedade sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, Agenda 21 Escolar, interdisciplinaridade

Abstract: This work is a study carried out by means of bibliographical qualitative research about the importance of environmental education practices that give their behavioral changes actors for the construction of a democratic and political society more aware and potentially sustainable. In parallel, we have highlighted the objectives and principles of 21 Agendas implementation and in particular the school as a way to involve children and adolescents and consequently of the local community for a more political participation on the future of our planet. We need to believe in human ability to reverse the situation of exploitation and disrespect for nature and his fellows in the environment. For this it is essential to the action of a critical education and participatory. And the implementation of 21 Agenda and 21 School Agenda in particular may indeed be an important working instrument for the sustainable society, requiring an environmental education that promotes thinking and action in

¹ Trabalho realizada na disciplina “Educação Ambiental: princípios e práticas” do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Professora da Rede Municipal de Ensino, Campo Grande/MS, Pedagoga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências/UFMS, CEP 79002-290, Campo Grande, MS, Brasil, ana_cristina_cruz@yahoo.com.br

³ Doutora em Ciências Biológicas (Zoologia), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil, amzanon@terra.com.br

addition to preserving the ecological environment. We have to practice a critical education and democratic politics, because we will only have a sustainable development if we invest in a sustainable society.

Keywords: sustainable development, 21 School Agenda, interdisciplinarity

Introdução

Facilmente em nosso cotidiano podemos perceber que o mundo está em crise. Não é apenas em relação à pressão da humanidade sobre a natureza. A crise está presente nos diversos setores da sociedade: ambiental, social, econômico, político, é uma crise complexa.

Apresentamos neste estudo elaborado por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica a partir de materiais já publicados, principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet, um paralelo entre educação ambiental e a implementação da Agenda 21 como possibilidade de propiciar uma ação democrática nas diversas esferas da sociedade para a mudança de atitude e comportamento para diminuição da desigualdade social e a possibilidade de um desenvolvimento sustentável para a qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

O ser humano capaz de tantas inovações e invenções com seu trabalho esqueceu que faz parte do meio ambiente, demonstra com suas atitudes em busca do desenvolvimento, do dinheiro, da fama, do conforto, ser superior e independente da natureza, tratando-a como objeto com recursos inesgotáveis sempre a sua disposição.

Aos poucos o ser humano vira objeto do próprio ser humano, assim como os demais elementos da natureza. A humanidade já não respeita e não cuida dos recursos naturais, acaba por tratar seu semelhante da mesma forma, sem compaixão ou solidariedade. Precisamos de mudança de paradigmas, novos valores, uma educação para a solidariedade e respeito para que se evite a extinção de muitas formas de vida, inclusive a vida humana.

Segundo Layrargues (2001, p. 132), a Conferência de Tbilisi (1977) apresentou uma visão crítica da realidade, demonstrando que as:

[...] origens da atual crise ambiental estão no sistema cultural da sociedade industrial, cujo paradigma norteador da estratégia desenvolvimentista, pautada pelo mercado competitivo como a instância reguladora da sociedade, fornece uma visão de mundo unidimensional, utilitarista, economicista e a curto prazo da realidade, onde o ser humano ocidental percebe-se numa relação de exterioridade e domínio da natureza.

Desta forma abandona-se um pouco a interpretação construída e cristalizada pela visão conservacionista de educação ambiental, de que “as causas dos impactos são entre outros fatores, a explosão demográfica, a agricultura moderna e a crescente urbanização e industrialização” (LAYRARGUES, 2001, p.132), como se estes não fossem frutos da visão de mundo da sociedade que os criou.

As mudanças parecem possíveis se lutarmos todos para a construção de um mundo sustentável, saudável e com o ambiente protegido. Formar por meio da educação seres humanos capacitados para a transformação com planejamento de ações interdisciplinares que promova a reflexão e mudança de comportamento, uma educação ambiental com princípios e conceitos além da conservação da natureza (LEFF, 2001), além da incorporação de uma consciência ecológica, mas uma educação ambiental interdisciplinar enfocando a importância do desenvolvimento sustentável para a equidade social, diversidade cultural e democracia participativa, que forme habilidades para a compreensão e apreensão da realidade complexa.

Os desafios do desenvolvimento sustentável... Reivindica o *direito à educação, à capacitação, e à formação ambiental* como fundamento da sustentabilidade, permitindo a cada homem e cada sociedade produzir e se apropriar de saberes, técnicas e conhecimentos para participar da gestão de seus processos de produção, decidir suas condições de existência e definir sua qualidade de vida. Isto permitiria romper a dependência e a iniquidade fundadas na distribuição desigual do conhecimento e promover um processo em que a cidadania e os governos possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprias nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001, p.122).

A Agenda 21, desde a proposta de implementação global até a escolar, apresenta princípios de uma educação ambiental para um mundo sustentável, trata-se de um documento multissetorial abrangendo a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Daí a importância da adoção do termo: “pensar globalmente e agir localmente”, pois não é possível conquistar mudanças sem planejar práticas críticas e políticas sobre a realidade cotidiana. Agindo cada um em seu espaço pode resultar na resolução dos problemas globais ou pelo menos amenizá-los.

Educação ambiental

As causas principais para problemas como a pobreza, a violência, a degradação humana e ambiental, estão relacionadas ao nosso modelo de civilização, que valoriza acima de tudo a superprodução, consumo exagerado da minoria dominante e subconsumo de uma maioria que não tem condições básicas para produzir. Paralelamente podemos identificar uma crise de valores, falta de interesse pelo bem comum e ao próximo, falta de mínima preocupação com o futuro.

Segundo Guimarães (2006), o modo como agimos hoje em relação à natureza e a sociedade é consequência dos paradigmas construídos ao longo da história pela sociedade moderna e pode-se acreditar, de acordo com o mesmo autor, que esta relação de desarmonia entre indivíduos sociais e natureza pode também ser desconstruída. “Essa crise ambiental é

uma crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, modelo que nos apresenta um caminho único a seguir. É, portanto, uma crise civilizatória” (GUIMARÃES, 2006, p. 18).

Ferrari (2003) apresenta em seu trabalho construído não somente com fundamentos filosóficos, mas de forma interdisciplinar, uma tentativa de nos provocar a reflexão sobre o futuro da espécie humana e de todos os seres interdependentes, que segundo ele será possível por meio do equilíbrio do meio ambiente, pois no momento vivemos influenciados pelo conceito do “progresso sem limites”. Percebemos o trabalho como forma de acúmulo de capital, maneira de conseguir sucesso e obter fama, nos escravizamos na busca do conforto e do lucro, somos escravos do dinheiro. “Parece que a vida acontece somente nos finais de semana, quando por algumas horas mágicas ‘vive-se’” (FERRARI, 2003, p.85).

Por isso esse autor explana sobre uma necessária mudança ética. Nossa ética é antropocêntrica, supervaloriza nossos valores em detrimento dos valores naturais, não respeitando a natureza e esperando que para sempre ela exista. E a nova ética deve abandonar a ideia de natureza desconhecida, temida e sem necessidade de cuidados para tornar-se uma ecoética:

[...] entendida como uma ética voltada ao meio ambiente e a todos os seres que o compõem, inclusive o ser humano. Uma ética voltada a um relacionamento equilibrado entre todos os ecossistemas e o ser humano. Uma ética da vida, onde todos os seres têm direitos a uma vida respeitada e digna, como membros da criação universal (FERRARI, 2003, p.78-79).

A presença do homem no mundo tem agora como função básica a obrigação de garantir a existência física deste mundo, tem a responsabilidade de não mais arriscar a vida das gerações futuras por conta da atual geração, precisamos cuidar agora para garantir que as futuras gerações também possam exercer seus direitos e deveres (FERRARI, 2003), sob a “ética da solidariedade, da simpatia, da equidade, da compaixão inclusive”.

A *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental* (Conferência de Tbilisi), realizada em Tbilisi, de 14 a 26 de outubro de 1977, foi organizada pela Unesco (DIAS, 2004). Segundo observação de Layrargues (2001), o documento ultrapassa a concepção de práticas educativas descontextualizadas, ingênuas e simplistas que trata apenas sobre os aspectos ecológicos na educação ambiental.

A característica mais importante da educação ambiental é, provavelmente, a que aponta para a resolução de problemas concretos. Trata-se de que os indivíduos, qualquer que seja o grupo da população a que pertençam e o nível em que se situem, percebam, claramente, os problemas que restringem o bem-estar individual e coletivo, elucidem as suas causas e determinem os modos de resolvê-los. Deste modo, os indivíduos estarão em condições de participar na definição coletiva de estratégias e atividades encaminhadas para eliminar os problemas que repercutem na qualidade do meio ambiente (UNESCO, 1980 apud LAYRARGUES, 2001, p. 133).

Layrargues (2001) sugere a estratégia de resolução de problemas ambientais locais que aproxime a realidade cotidiana dos educandos e os processos educativos, auxiliando na compreensão da complexa interação dos aspectos ecológicos com os político-econômicos e no enfrentamento dos problemas ambientais.

A nova proposta lançada na Conferência de Tbilisi pretende uma metodologia de Educação Ambiental que priorize o trabalho sobre os problemas locais que diretamente afetam as comunidades dos educandos, pensando além das questões globais e distantes, por isso também consideramos que a implementação da Agenda 21 Escolar pode ser uma prática potencialmente eficaz, pois trata das questões mais próximas dos educandos, levando-os a refletir sobre a sua realidade e também permitindo a eles a perspectiva da complexidade. Podendo assim, mobilizar o cidadão a participar da organização e gestão do seu ambiente, despertando o sentimento de responsabilidade local e global.

Desse modo, (REIGOTA In LAYRARGUES, 2001, p.141) esclarece que:

[...] a educação ambiental deve ser definitivamente compreendida como uma educação política, preparando cidadãos capacitados a entender o *por que* fazer algo, não se detendo apenas no *como* fazer; ou seja, enfatizando o componente reflexivo, tão importante quanto o ativo.

Para que mudanças ocorram no sentido de diminuir as desigualdades em relação ao acesso as condições básicas e necessárias para o bem estar de todos, a educação ambiental crítica, que tem como base a participação política para criar espaços nos quais possam ser discutidos e desenvolvidos valores éticos, que resgate valores essenciais à humanidade, pode ser o caminho para formar cidadãos comprometidos com a qualidade ambiental e o bem estar da atual e futuras gerações. A educação é com certeza uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 2002). Por meio dela é possível o desmascaramento da ideologia dominante, para a possibilidade de melhor qualidade de vida de uma maioria marginalizada.

[...] nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso das maiorias compostas de minorias que não perceberam ainda que juntas seriam a maioria. Nada, o avanço da ciência e/ou da tecnologia, pode legitimar uma “ordem” desordeira em que só as minorias do poder esbanjam e gozam enquanto às maiorias em dificuldades até para sobreviver se diz que a realidade é assim mesmo, que sua fome é uma fatalidade do fim do século (FREIRE, 2002, p. 113).

Guimarães (2006) está de acordo com as ideias de Freire quando comenta que a educação ambiental crítica é uma proposta capaz de desconstruir os paradigmas construídos historicamente que desconsidera o homem parte interligada da natureza e sua complexidade. É uma proposta de transformação da realidade socioambiental para a construção de novos paradigmas para a formação de uma nova sociedade ambientalmente sustentável.

A reflexão desta perspectiva de educação ambiental torna-se crítica ao perceber, problematizando e complexificando, os antagonismos e complementaridades da realidade em suas múltiplas determinações materiais, epistemológicas, culturais, entre outras, instrumentalizando para uma prática de transformação desta realidade, a partir da construção de uma nova percepção que se reflete em uma prática diferenciada [...] (GUIMARÃES, 2006, p. 26).

A educação aparece em muitas ocasiões como potencialmente capaz no auxílio à resolução de diversos problemas sociais e é na escola, espaço formal de educação que há uma grande expectativa de formar uma nova geração capaz de respeitar e lutar pela qualidade ambiental e social.

A educação ambiental, no âmbito escolar deve ser tratada de maneira transversal e desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, (PNE, 2000) para mostrar uma nova forma de relacionamento do ser humano no mundo a partir de reflexões mais aprofundadas sobre a realidade, propondo alterações nos modelos de comportamento.

Segundo Leff (2001, p.119) a educação ambiental deve ser enriquecida pela *pedagogia da complexidade* para formar nos educandos “uma visão de multicausalidade e de interrelações de seu mundo nas diferentes etapas do desenvolvimento psicogenético, que gerem um pensamento crítico e criativo baseado em novas capacidades cognitivas”. Desta forma, espera-se aos poucos extinguir as atitudes humanas de distanciamento da natureza, na qual demonstra encará-la não mais como um todo interligado no qual a humanidade também faz parte, mas como um espaço com recursos infinitos a serem transformados para seu conforto.

Espera-se que na escola com sua devida função pedagógica, seu papel de orientar para a análise e compreensão da atual situação seja desenvolvido junto às crianças e aos adolescentes em formação, a discussão e a participação fundamentadas e monitoradas para uma possível resolução dos problemas que criados pelo homem vem prejudicando toda a vida no planeta. A educação ambiental aparece como alternativa para despertar a consciência solidária, visão global e um agir local para que cada um em seu espaço menor possa contribuir com todo o sistema que é interligado.

Agenda 21

A Agenda 21 é um documento gerado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano que ficou conhecida como ECO-92 ou RIO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), de 3 a 14 de junho de 1992, que foi a mais importante conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os

tempos, corroborando com as recomendações de Tbilisi para a Educação Ambiental (DIAS, 2004). Esse documento foi aprovado e assinado por 179 nações presentes, inclusive o Brasil, anfitrião da Conferência, prevendo implantação global, que em 40 tópicos com mais de 800 páginas prevê o desenvolvimento sustentável para o planeta, o desenvolvimento sem prejuízos à qualidade de vida e as condições ambientais.

Nessa conferência, reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. O desenvolvimento sustentável é visto como o novo modelo a ser buscado. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento (DIAS, 2004, p.50).

Gadotti (2003, p.2), ressalta que a Agenda 21 não é uma agenda ambiental, mas sim um documento que objetiva promover um novo modelo de desenvolvimento, um desenvolvimento sustentável, capaz de satisfazer as necessidades do presente com justiça e igualdade, sem comprometer as gerações futuras. O documento está dividido em quatro seções:

a) *dimensões sociais e econômicas* (trata das políticas internacionais que podem ajudar na viabilização do desenvolvimento sustentável, das estratégias de combate à pobreza e à miséria e da necessidade de introduzir mudanças nos padrões de produção e de consumo); b) *conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento* (trata do manejo dos recursos naturais e dos resíduos e substâncias tóxicas); c) *fortalecimento do papel dos principais grupos sociais* (indica as ações necessárias para promover a participação, principalmente das ONGs); d) *meios de implementação* (tratando dos mecanismos financeiros e dos instrumentos jurídicos para a implementação de projetos e programas com vistas ao desenvolvimento sustentável).

A Agenda 21 é um “instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”, tem a função de servir como base para os países signatários da RIO-92 para elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional (CNUMAD, 2000).

Espera-se que com a implementação da Agenda 21 ocorram mudanças comportamentais da sociedade favorecendo a vida no planeta, almejando um ambiente justo e saudável, com equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a economia, sem prejuízo ao desenvolvimento e a qualidade de vida.

O documento gerado na Rio-92 prevê também a implementação da Agenda 21 Nacional, a ser implantada em cada país e a Agenda 21 Local devendo ser implantada em cada cidade ou localidade, observando-se as características e peculiaridades, para que se desenvolva o crescimento e a sustentabilidade ambiental e econômica, evitando a degradação dos ecossistemas e sem prejuízo a qualidade de vida.

A partir do compromisso das nações signatárias na Conferencia Rio-92 assumirem o desafio de promover uma mudança na filosofia de desenvolvimento, buscando a prática de harmonia ambiental, social e econômica, foi criada por decreto presidencial a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 – CPDS, com a função de coordenar a elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira, que apresenta seis eixos temáticos: 1. Gestão dos Recursos Naturais; 2. Agricultura Sustentável; 3. Cidades Sustentáveis; 4. Infra-estrutura e Integração Regional; 5. Redução das Desigualdades Sociais; 6. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD, 2000).

A Agenda 21 Brasileira, um processo que teve início em 1996 e foi concluído em 2002 teve o envolvimento de cerca de 40 mil pessoas de todo o Brasil, trata-se um processo de planejamento participativo que diagnostica e analisa a situação do País, das Regiões, dos Estados e dos Municípios, para, em seguida, planejar seu futuro de forma sustentável (CNUMAD, 2000).

Considera-se que só será possível a eficiência da implementação da Agenda 21 se todos os habitantes em suas comunidades tenham participação ativa, pois estes são a célula da sociedade, por isso as agendas locais – estados, municípios, regiões, comunidades – têm papel essencial na agenda nacional, para a criação de um plano de sustentabilidade mais abrangente, capaz de garantir a qualidade de vida de todos os seres do planeta.

Percebemos que a Agenda 21 consolida a ideia de que desenvolvimento e conservação do meio ambiente devem acontecer de forma sincrônica, abandonando o ritmo e padrão do crescimento econômico, para que o desenvolvimento, principalmente das nações mais pobres, aconteça respeitando o direito a vida em um ambiente saudável para a atual e as futuras gerações.

Hans Jones comentado por Ferrari (2003) entende que para a garantia de vida das futuras gerações é imperativo mais responsabilidade na ação política, criando condições éticas de convívio em sociedade, desta forma os governantes estarão contribuindo para que os cidadãos busquem valores mais altos, para um compromisso com o bem comum, da sociedade presente e das sociedades futuras.

Sendo então necessária uma nova interpretação do conceito de progresso, rumo ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável, valorizando principalmente o desenvolvimento humano. Portanto, a Agenda 21 viabiliza aos governos a responsabilidade e autonomia para a construção das agendas 21 nacionais e locais, por meio da mobilização de

toda a sociedade de forma democrática para a participação crítica e política na tentativa de amenizar e resolver os problemas atuais.

Como forma de uma mobilização mais local de tentativa de amenizar problemas cotidianos e de propor a participação democrática para um futuro sustentável, mais justo e solidário surgiu a Agenda 21 Escolar, fundamentada pelo capítulo 36 da Agenda 21 Global, também deve se enquadrar em estudos feitos sobre as Agendas Brasileira, Estadual e Local, busca implementar nas escolas um plano prático de diagnóstico e avaliação dos problemas ambientais e sociais na tentativa de amenizar e resolvê-los.

A escola é um espaço social de grande influência além do seu espaço físico, ela acaba por influenciar os familiares e moradores do entorno, podendo então potencializar os momentos de instrução e reflexão que acontecem neste espaço, caracterizando um modelo de multiplicação e participação política de toda a comunidade. Sendo assim, a escola com ações planejadas pode proporcionar momentos de discussão para que ocorra a percepção da possibilidade de ação da comunidade para fomentar atitudes favoráveis ao que propõe a Agenda 21 quanto à emergência da participação crítica e solidária de todos para um futuro sustentável, justo e harmônico entre os seres interdependentes.

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado... O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio-econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação (CNUMAD, 2000, cap. 36 - p. 239).

O Governo Federal elaborou uma proposta de educação ambiental que tem por objetivo a construção da Agenda 21 Escolar. O programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) recebeu o seguinte título: “Vamos cuidar do Brasil com as Escolas” (ORSI, BONOTTO, 2009, p. 2). Trata-se de uma proposta de construção da Agenda 21 Escolar, o “*Formando COM-VIDA: Construindo Agenda 21 na Escola*”. A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-vida, tem o papel de “realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o

intercâmbio entre a escola e a comunidade, e contribuir assim para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável” (BRASIL, 2007, p.15).

Os grandes objetivos da Com-vida na escola são: “desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental na escola de forma permanente; ajudar a cuidar do Brasil, assumindo como orientação a Carta das Responsabilidades ‘Vamos Cuidar do Brasil’; fazer a Agenda 21 na Escola”. Para Orsi e Bonotto (2009) a proposta inicialmente causa impressão positiva, pois se apresenta como um processo permanente de Educação Ambiental, incentivando a participação, interação da comunidade e práticas reflexivas.

A Agenda 21 Escolar poderá ser eficiente na conscientização e participação para as possíveis mudanças de comportamento e atitude se envolver os atores da localidade e governantes responsáveis, além de planejar projetos e ações interdisciplinares que leve a sensibilização da comunidade de seu entorno para pensar e agir para a harmonia no meio ambiente por meio do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável

A Agenda 21, plano de ação voltado para os problemas sociais e ambientais consolidados historicamente e presente em nossos dias, tem o objetivo de preparar a sociedade e o mundo para os desafios do próximo século. Pretende-se contribuir para a consciência da gravidade global e local dos problemas socioambientais e preparar os atores desta situação para a participação e tomada de decisões na tentativa de soluções.

A relação estabelecida entre os humanos e o meio ambiente tem causado complexos impactos, sendo emergente a discussão sobre a sustentabilidade do planeta para que soluções sejam encontradas para a garantia da qualidade de vida das futuras gerações.

Segundo Jacobi (2007) é complexo o desafio da sustentabilidade. No entanto, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável é essencial para a harmonia entre economia e meio ambiente.

A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, o conceito de desenvolvimento sustentável é relacionado “com a crítica ambientalista do modo de vida contemporâneo” (JACOBI, 2007, p.51), colocando duas posições em confronto, os que previam a abundância e os catastrofistas. No entanto, estas duas posições dão lugar a uma posição intermediária entre o economicismo determinista (prioridade ao crescimento econômico) e o fundamentalismo ecológico (inexorabilidade do crescimento do consumo e esgotamento dos recursos naturais).

Jacobi (2007) esclarece que o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável – paradigma intermediário – apresentava uma proposta que previa a harmonia entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos, adquirindo rapidamente relevância nos debates sobre o desenvolvimento.

Ignacy Sachs (In JACOBI, 2007, p.51), formula princípios que caracteriza o ecodesenvolvimento em cinco dimensões como concepção alternativa de desenvolvimento: “1) a sustentabilidade social; 2) a sustentabilidade econômica; 3) a sustentabilidade ecológica; 4) a sustentabilidade espacial e 5) a sustentabilidade cultural.” O ecodesenvolvimento almeja a compatibilidade da melhoria da qualidade de vida com a preservação ambiental, que segundo Jacobi (2007, p. 52):

Apresentava-se mais como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural.

O termo ecodesenvolvimento formulado nos anos setenta que propunha políticas ambientais mais estruturadas e consistentes deu lugar ao conceito “desenvolvimento sustentável”, apresentado em 1987 pela Comissão Brundtland, enfatizando as inter-relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, e “enfatizando a necessidade de uma nova postura ética que se assente na responsabilidade tanto entre gerações quanto no nosso tempo (JACOBI, 2007, p. 52).

O desenvolvimento sustentável, ainda não se constitui como um paradigma e tem sido alvo de críticas por ser difícil de ser classificado em modelos concretos e operacionais, portanto, apresenta-se como uma orientação para a sociedade que precisa vislumbrar a viabilidade econômica e ambiental do desenvolvimento.

Percebemos que os problemas ambientais são os problemas do desenvolvimento descomprometido com a sociedade e os sistemas naturais, é o desenvolvimento insustentável. Surge então, segundo Jacobi (2007), a sociedade “reflexiva”, que vai buscar reverter a situação que ela mesma criou, emergindo uma “educação para a sustentabilidade”.

Jacobi aponta que mais do que uma crise ecológica, estamos passando por uma “crise do estilo de pensamento”. “Uma crise do ser no mundo, que se manifesta em toda a sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas” (2007, p.57).

Sendo assim, a educação pautada pelo paradigma da complexidade se consolida como potencialmente capaz de nas escolas e demais ambientes pedagógicos promover atitudes reflexivas sobre os problemas ambientais.

Uma educação para a sustentabilidade deve conter propostas pedagógicas que levem a reflexão sobre a complexidade (MORIN, 2007) ambiental. Práticas pedagógicas que priorizem a conscientização, mudanças de comportamento e atitudes.

Jacobi (2006) refere-se a uma educação ambiental em um contexto mais amplo, o da “educação para a cidadania”, buscando a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença, por meio de ações interativas e dialógicas com participação na política e na vida social.

[...] a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Esta se concretizará principalmente pela presença crescente de uma pluralidade de atores que, através da ativação do seu potencial de participação terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, legitimando e consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, e na consolidação de canais abertos para a participação (JACOBI, 2006, p. 13).

Nesse sentido, cabe ao educador o papel de comprometer-se com o fortalecimento de visões integradoras e de reflexão sobre os riscos ambientais e das relações entre ambiente e desenvolvimento. Preferencialmente buscando praticar a interdisciplinaridade (JACOBI, 2007, p.60), que pressupõe “o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoque, contemplando uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas”, o que vai além da reunião de diferentes disciplinas, mas proporcionando confronto de saberes disciplinares.

Palavras finais

A implementação da Agenda 21 e em especial da Agenda 21 Escolar pode de fato ser um importante instrumento de trabalho a favor da sociedade sustentável, para tanto é necessário uma educação ambiental que promova a reflexão e a ação para além da preservação do ambiente ecológico. Há que se praticar uma educação crítica, democrática e política, pois só teremos um desenvolvimento sustentável se investirmos em uma sociedade sustentável.

O ambiente escolar com projetos e ações pedagógicas interdisciplinares pode possibilitar a formação de cidadãos críticos e conscientes dos problemas globais e locais para a participação e tomada de decisões adequadas na tentativa de solucionar problemas.

A Agenda 21 deve ser utilizada como uma proposta com potencial para a promoção de reflexões e práticas para se pensar em uma sociedade sustentável, e não como uma atividade a se realizar para solucionar problemas em curto prazo. Sendo assim, consideramos que a implementação da Agenda 21 deve fazer parte de um processo que oriente a melhoria

da qualidade de vida da comunidade, desde a escolar até a global, promovendo a reflexão, mudanças de atitude e comportamento para a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

- BONOTTO, D. M. B.; ORSI, C. P. de O. *A Educação Ambiental e a Construção Da Cidadania: A Proposta da Agenda 21 Escolar*. Anais do V EPEA. UFSCar/São Carlos/ SP, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola : construindo Agenda 21 na escola*. Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. - 2. ed., rev. e ampl. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007.
- _____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação-PNE*. Brasília, 2000. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.
- CNUMAD. *Agenda 21*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: MMA/PNUMA/ONU. Brasília/DF. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>.
- DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 9º Edição. São Paulo: Gaia, 2004.
- FERRARI, A. F. A responsabilidade como princípio para uma ética da relação entre ser humano e natureza. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, 2003, v. 10.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 23º Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GADOTTI, M. *Agenda 21 e Carta da Terra*. Artigo criado em 07 mar. 2003. Disponível em: http://www.cartadaterra.com.br/pdf/Agenda21_CT2002.pdf
- GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.
- JACOBI, P. R. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. *Revista Pesquisa em Educação Ambiental*. São Paulo: UFSCar, USP, UNESP, 2007, v. 2, n. 2, p.49-65.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental e o Desafio da Sustentabilidade socioambiental. *Revista Mundo da Saúde*. São Camilo/SP: Centro Universitário, 2006, v. 30, n. 4.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In REIGOTA, M. (org). *Verde Cotidiano em discussão*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFF E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, M. (org). *Verde Cotidiano em discussão*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.